

A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO: ASSERÇÕES NOS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO EXTERNA DE TRÊS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS – CONCELHO DE SERPA

Maria Florentina Andrade
Mestranda da Universidade de Évora
florentinandrade@gmail.com

Paulo Cruz
Mestrando da Universidade de Évora
cruz.paulo1@gmail.com

Susana Banha
Mestranda da Universidade de Évora
susanabanha.lx@gmail.com

Isabel Fialho
Universidade de Évora
ifialho@uevora.pt

Resumo – A avaliação externa das escolas, da responsabilidade da Inspeção-Geral da Educação, obedece a um quadro de referência organizado em cinco domínios de análise, sustentados por um conjunto de fatores. Considerando-se o domínio “Prestação do serviço educativo” aquele que tem uma relação mais próxima com os resultados educativos, fez-se a análise detalhada da sua avaliação nos relatórios dos agrupamentos de escolas do concelho de Serpa. Para o efeito, procede-se a uma análise crítica comparativa com o objetivo de verificar a conformidade da avaliação efetuada com o quadro de referência e a sua coerência com a classificação atribuída a cada um dos agrupamentos, no domínio supramencionado. Conclui-se que, atendendo ao cariz discursivo apresentado em cada um dos relatórios analisados, a existência de um quadro de referência não assegura a aplicação de critérios avaliativos uniformes e objetivos pelas equipas avaliativas, no que ao domínio “Prestação do serviço educativo” respeita.

Palavras-chave – Avaliação externa de escolas; Prestação do serviço educativo.

Abstract – The school external evaluation, under the responsibility of the General Inspectorate of Education, uses a five-domain framework, each of them supported by a set of factors. Assuming that the “Provision of the education service” has a closer connection with educational outcomes, we undertook a detailed analysis of its evaluation in the reports of the school clusters within Serpa Municipality. Thus, a comparative critical analysis is carried out in order to check evaluation compliance with the school external evaluation framework and its coherence with each cluster’s ratings in the above-mentioned domain. Drawn on the discursive contents of those reports, we come up to the conclusion that this framework does not ensure that uniform and objective evaluation criteria are applied by evaluation teams in the domain “Provision of the education service”.

Keywords – School external evaluation; Provision of the education service.

Introdução

A temática da avaliação de escolas tem vindo, nos últimos anos, a ganhar ênfase. A crescente importância que lhe tem sido atribuída alicerça-se na promoção de questões relacionadas com a melhoria da qualidade do desempenho das organizações escolares, sendo visível, segundo Sousa e Terrasêca (2008), quer nas medidas políticas e administrativas tomadas a nível nacional (de que se destacam a publicação da Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, a assinatura dos primeiros contratos de autonomia e as alterações ao modelo de gestão das escolas), quer ao nível do discurso em variados lugares sociais.

Alaíz (2004) define a avaliação de escolas como “a recolha sistemática de informações sobre a estrutura e funcionamento de uma organização escolar com a finalidade de formular juízos que podem conduzir à tomada de decisões e a acções subsequentes”, atribuindo-lhe três finalidades: a melhoria da instituição escolar, a prestação de contas e a produção de conhecimento novo. Seguindo a mesma linha de pensamento, Sánchez Pérez (2007) defende, que a avaliação de escolas é necessária para assegurar a melhoria das instituições escolares e dos sistemas educativos, constituindo, deste modo, um meio para melhorar as escolas, aumentar a sua eficácia e, conseqüentemente, alcançar uma educação de qualidade. Bolívar (2006) alerta para a necessidade de a avaliação de escolas ser entendida como um processo e um espaço de confluência que integre a avaliação externa, direcionada para a eficácia, e a avaliação interna, mais orientada para a melhoria, sendo que ambas se devem complementar. Esta complementaridade apenas poderá existir se houver uma progressiva tomada de consciência da necessidade da avaliação externa enquanto meio indutor e condutor a mudanças significativas na forma como as instituições escolares se autoavaliam (permitindo-lhes aperfeiçoar a sua organização e funcionamento) e valorizam a sua utilidade, dinâmica e progresso social. Nesta perspectiva, Van Bruggen (2001) defende que a ideia central da avaliação externa é possibilitar uma avaliação independente de todas as escolas. Esta deve ser realizada por um organismo que detenha uma visão nacional das possibilidades das escolas e que, simultaneamente, possa verificar a conformidade entre a ação de cada escola e o quadro de referência. Os relatórios resultantes do processo de avaliação externa devem “ser claros, dar listas detalhadas dos pontos fortes e fracos da qualidade da escola e mostrar que os avaliadores têm um conhecimento completo e profundo do que se passa numa escola” (Van Bruggen, 2010, p. 93)¹. A sua divulgação pública constitui uma forma de as escolas prestarem contas e “é também um contributo para a qualificação do debate público sobre a educação e um incentivo a uma maior participação social nas escolas” (Azevedo, 2007, p. 2).

¹ Tradução dos autores.

O presente artigo centra-se na atividade de avaliação externa das escolas, mais concretamente no domínio “Prestação do serviço educativo” de três relatórios daquela resultantes. Selecionouse como *corpus* de análise os relatórios dos agrupamentos de escolas do concelho de Serpa (Baixo Alentejo): Agrupamento de Escolas de Serpa e Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento, avaliados no ano letivo de 2007/2008, e Agrupamento de Escolas de Pias, alvo de avaliação no ano letivo de 2009/2010.

Procedeu-se a uma análise crítica comparativa que teve como objetivos verificar a conformidade das avaliações efetuadas com o quadro de referência para a avaliação externa das escolas, as bases de sustentação para as classificações atribuídas, bem como a coerência destas com a avaliação de cada um dos agrupamentos, no domínio supramencionado. Neste sentido, numa primeira fase, analisou-se as respetivas avaliações por fator, tendo em conta o quadro de referência e os indicadores nele inscritos, de modo a que se pudesse verificar, numa segunda fase, quais as informações vertidas para as conclusões da avaliação do domínio. A partir do registo das informações recolhidas, em cada um dos relatórios e relativas a cada indicador, referente e fator e, simultaneamente, da informação discursiva vertida para o domínio, contabilizou-se a frequência de ocorrências, em percentagem, o que permitiu confrontar e interpretar a informação vertida no relatório de cada um dos agrupamentos. Numa terceira fase, procurou perceber-se em que se basearam as classificações atribuídas, no domínio “Prestação do serviço educativo”, a cada agrupamento e proceder à sua comparação. Para o efeito, considerou-se os pontos fortes e fracos constantes das “Considerações finais” de cada relatório (Figura 1).

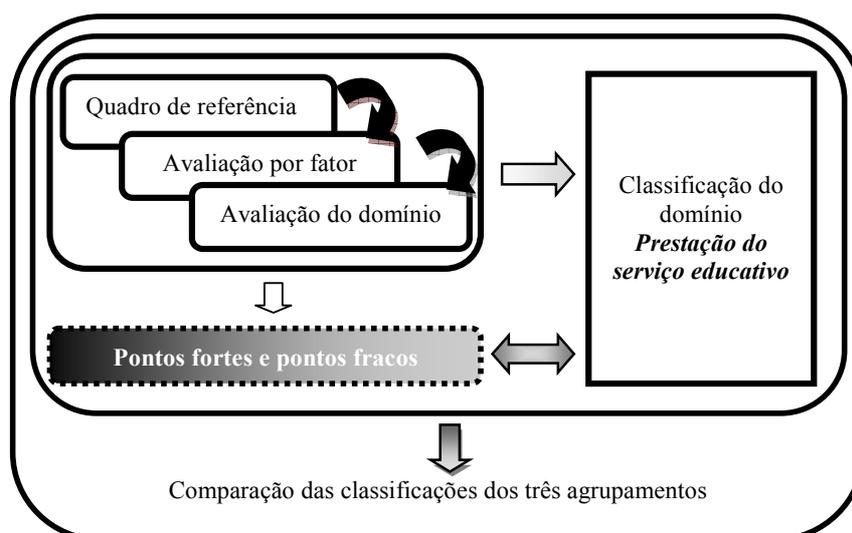


Figura 1. Análise crítica comparativa: metodologia

1. Domínio “Prestação do serviço educativo” no quadro de referência

O domínio “Prestação do serviço educativo” centra-se na organização pedagógica da escola e tem como questão orientadora “Para obter os resultados, que serviço educativo presta a escola / agrupamento e como o presta?” (IGE, 2009, p. 23). A sua análise é realizada tendo em conta quatro fatores: “Articulação e Sequencialidade”; “Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula”; “Diferenciação e apoios” e “Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem” (IGE, 2009, p. 8). A sua avaliação, à semelhança da dos demais domínios, traduz-se numa escala de quatro níveis de classificação – *Muito Bom*, *Bom*, *Suficiente* ou *Insuficiente* –, consoante a prevalência de pontos fortes ou de pontos fracos, a capacidade interna de melhoria (grau de explicitação, generalização e eficácia dos procedimentos) e o impacto das ações desenvolvidas pela escola na melhoria dos resultados dos alunos.

2. Fator “Articulação e sequencialidade”

A avaliação do fator “Articulação e sequencialidade” inclui seis referentes: “Gestão conjunta e articulada dos programas e orientações curriculares”, “Articulação intra e interdepartamental na concretização das actividades”, “Definição de metas e critérios de avaliação do trabalho a desenvolver pelas estruturas de coordenação e supervisão”, “Articulação dos docentes na mesma unidade de educação / ensino e entre as unidades do agrupamento”, “Gestão vertical do currículo e da informação sobre o percurso escolar das crianças / alunos [e] orientação e supervisão dos coordenadores dos departamentos curriculares” e “Orientação dos alunos e famílias ao longo do percurso” (IGE, 2009, pp. 23, 24).

No que respeita ao primeiro referente – “Gestão conjunta e articulada dos programas e orientações curriculares” (IGE, 2009, p. 23) –, todos os relatórios apresentam como traço comum a alusão à existência de planificações que atendem à articulação de conteúdos e de competências, embora, por vezes, a informação esteja implícita. O relatório do Agrupamento de Escolas de Pias é o único que menciona a consideração do contexto da escola e de cada turma na elaboração das planificações, registando-se que estas são sustentadas pelas linhas de ação do Projeto Educativo e feitas com base quer nos conteúdos programáticos quer nos resultados da avaliação diagnóstica.

Cada um dos segundo e terceiro referentes – “Articulação intra e interdepartamental na concretização das actividades” (IGE, 2009, p. 23) e “Definição de metas e critérios de avaliação do trabalho a desenvolver pelas estruturas de coordenação e supervisão” (IGE, 2009, p. 23) – é mencionado num relatório, estando ambos ausentes do do Agrupamento de Escolas de Serpa. Desta forma, o primeiro é unicamente focado no relatório do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento, considerando-se, no entanto, que a articulação

interdepartamental “não tem grande visibilidade no conjunto das actividades propostas” (ME/IGE, s.d. 3, p. 7) no Plano Anual de Actividades. Refere-se, igualmente, práticas de interdisciplinaridade no âmbito dos projetos curriculares de grupo/turma, o que tanto se poderá inscrever na articulação intra ou interdepartamental, consoante as áreas curriculares envolvidas e as actividades desenvolvidas. O segundo referente surge apenas mencionado no relatório do Agrupamento de Escolas de Pias, designadamente ao nível do estabelecimento e da concretização de metas mensuráveis pelas estruturas de coordenação e de supervisão.

O quarto referente – “Articulação dos docentes na mesma unidade de educação / ensino e entre as unidades do agrupamento” (IGE, 2009, p. 23) – é o que, neste fator, apresenta uma abordagem mais díspar nos três relatórios. Além de, dos sete indicadores que o compõem, somente quatro serem mencionados na globalidade dos três relatórios, há a registar a inexistência de qualquer informação relativamente ao Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento e apenas a menção a um dos indicadores no Agrupamento de Escolas de Pias. Deste modo, não são referenciados os indicadores relativos quer às formas de articulação entre a coordenação dos departamentos e dos grupos de crianças e os responsáveis pelas actividades de animação e apoio à família quer à coordenação pedagógica e trabalho cooperativo para definição de estratégias de diferenciação pedagógica e para partilha de práticas científico-pedagógicas relevantes (IGE, 2009). É comum aos agrupamentos de escolas de Serpa e de Pias a referência ao indicador “Formas de articulação entre os docentes na mesma unidade de educação / ensino e entre as unidades do agrupamento” (IGE, 2009, p. 23). É, igualmente, no relatório do primeiro agrupamento que são referenciados os restantes três indicadores: coordenação pedagógica e trabalho cooperativo para a calibragem de instrumentos de avaliação (ainda que só se refira os aplicados na avaliação diagnóstica) (IGE, 2009); “formas de articulação entre os coordenadores de departamento, os docentes das turmas e os responsáveis pelas actividades de enriquecimento curricular” (IGE, 2009, p. 23); coordenação pedagógica e trabalho cooperativo para seleção e produção de materiais (IGE, 2009). Neste âmbito, efetua-se “o balanço da execução dos programas e das actividades de enriquecimento curricular, assim como a apreciação e a discussão dos resultados” (ME/IGE, s.d. 2, p. 7) e concebe-se, conjuntamente, instrumentos de avaliação diagnóstica e fichas de trabalho.

No âmbito do quinto referente – “Gestão vertical do currículo e da informação sobre o percurso escolar das crianças / alunos [e] orientação e supervisão dos coordenadores dos departamentos curriculares” (IGE, 2009, p. 24) –, constata-se que os três relatórios incluem referências a práticas de gestão vertical do currículo, apesar de, em nenhum deles, ser referenciado o modo de organização e de operacionalização da articulação entre docentes. Assim, os relatórios dos agrupamentos de escolas de Serpa e de Pias, ao invés do de Vila

Nova de S. Bento, mencionam a existência de mecanismos que garantem a sequencialidade das aprendizagens na transição entre ciclos. Presente nos três relatórios estão informações respeitantes aos indicadores relativos à articulação quer entre docentes da mesma disciplina / área disciplinar de níveis e/ou ciclos diferentes, quer “entre professores titulares de grupo / turma / directores de turmas da mesma escola e/ou de outras escolas de proveniência / destino dos alunos” (IGE, 2009, p. 24).

O sexto e último referente – “Orientação dos alunos e famílias ao longo do percurso” (IGE, 2009, p. 24) – apenas é abordado nos relatórios dos agrupamentos de escolas de Vila Nova de S. Bento e de Pias, contendo estas informações relativas unicamente às atividades de orientação dos alunos e das famílias nas opções a tomar.

3. Fator “Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula”

A avaliação do fator “Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula” inclui cinco referentes: “Planificações de curto prazo”, “Mecanismos generalizados de acompanhamento e supervisão da prática lectiva”, “Articulação dos docentes ao nível do desenvolvimento dos Projectos Curriculares de grupo / turma”, “Critérios de avaliação” e “Reflexão sobre as práticas de ensino decorrentes da avaliação contínua dos alunos” (IGE, 2009, p. 25).

No âmbito das planificações de curto prazo, os três relatórios fazem menção à coerência do planeamento da atividade letiva com as orientações dos departamentos. Em todos eles se foca o papel desempenhado por cada docente neste âmbito, apenas sendo referenciado o papel do conselho de turma no relatório do Agrupamento de Escolas de Serpa.

Relativamente ao segundo referente, e atendendo aos indicadores referenciados nos relatórios, o acompanhamento e supervisão da prática letiva nos agrupamentos em apreço visa, fundamentalmente, a superação de eventuais dificuldades, tendo os agrupamentos previstas estratégias que, no essencial, passam pelo apoio aos docentes menos experientes por parte dos respetivos coordenadores de departamento. Constata-se, igualmente, que em nenhum dos relatórios se alude à monitorização e avaliação do planeamento individual e somente no do Agrupamento de Escolas de Pias se referencia a observação de aulas, sendo que esta apenas ocorre quando solicitada por um docente, no âmbito de três situações: para efeitos de avaliação do desempenho docente, para resolução de problemas e/ou aquando da aplicação de novas metodologias de lecionação de conteúdos (ME/IGE, s.d. 1).

No que concerne ao terceiro referente, os relatórios denotam, que, no âmbito do desenvolvimento dos projetos curriculares de turma, a articulação se cinge à operacionalização de estratégias e procedimentos comuns, não havendo referências à avaliação intermédia daquele documento.

Ao nível dos critérios de avaliação, quarto referente deste fator, na totalidade dos relatórios são referenciados três dos quatro indicadores previstos no quadro de referência. Assim, em todos os agrupamentos se constata a definição de critérios de avaliação por ano / ciclo, embora a sua referência se socorra de matrizes discursivas diferenciadas e não se clarifique se aqueles são gerais ou específicos. Enquanto no relatório do Agrupamento de Escolas de Serpa se refere a utilização dos critérios definidos como uma das formas de garantir a fiabilidade da avaliação, estando deste modo a definição de critérios de avaliação comuns implícita, nos relatórios dos agrupamentos de escolas de Vila Nova de S. Bento e de Pias, refere-se explicitamente a sua definição: no primeiro, em sede do Conselho Pedagógico e para cada área disciplinar; no segundo, em Departamento Curricular.

A elaboração de matrizes comuns para os instrumentos de avaliação é referida implicitamente, através da alusão à calibração de testes, no relatório do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento, e explicitamente nos dos agrupamentos de escolas de Serpa e de Pias, sendo que no primeiro se reporta às provas globais, o que pressunha a sua aprovação em Conselho Pedagógico, e no segundo aos testes de avaliação aplicados ao longo do ano letivo. Neste caso, não é referido, se a prática de realização de matrizes em conjunto se traduz na utilização ou na aplicação dos mesmos instrumentos de avaliação. Já nos relatórios dos outros dois agrupamentos é referida a aplicação de instrumentos de avaliação comuns, embora em situações diferenciadas. No Agrupamento de Escolas de Serpa são utilizados os mesmos instrumentos para efeitos de avaliação diagnóstica e ao nível das provas globais; no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento não está institucionalizada a prática de se utilizarem os mesmos instrumentos de avaliação, embora alguns docentes elaborem testes em conjunto.

Há a referir que em nenhum dos relatórios se alude à monitorização da aplicação dos critérios de avaliação.

O último referente – “Reflexão sobre as práticas de ensino decorrentes da avaliação contínua dos alunos” (IGE, 2009, p. 25) – apenas é alvo de abordagem no relatório do Agrupamento de Escolas de Pias, constando deste informação, por vezes implícita, sobre os dois indicadores. Desta forma, os resultados dos alunos são alvo de análise, no final de cada período letivo, em conselho de turma, nos departamentos curriculares e em Conselho Pedagógico. Ainda que não se refira que essa análise assente na comparação, poder-se-á concluir que assim o seja, pois só desta forma fará sentido que a mesma ocorra ao nível das diferentes estruturas. A redefinição de estratégias ocorre ao longo do ano letivo, resultando de reflexões sistemáticas sobre a prática pedagógica (em grupo disciplinar e departamento curricular) e traduzindo-se na flexibilização de planificações, no reforço de conteúdos e na diversificação de instrumentos de avaliação (ME/IGE, s.d. 1).

4. Fator “Diferenciação e apoios”

A avaliação do fator “Diferenciação e apoios” inclui quatro referentes: “Processo de referenciação das necessidades educativas de cada criança/ aluno”, “Abrangência e adequação dos apoios educativos prestados”, “Estratégias de diferenciação pedagógica” e “Avaliação da eficácia das medidas implementadas”. (IGE, 2009, p. 26).

A referenciação das necessidades educativas das crianças / dos alunos consta dos três relatórios em análise. No entanto, o do Agrupamento de Escolas de Serpa limita-se a enumerar os seus intervenientes, não explicitando o processo de referenciação. Sendo assim, este é enunciado em dois dos três relatórios, sendo que o do Agrupamento de Escolas de Pias é mais minucioso na sua apresentação do que o do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento.

No que concerne ao referente “Abrangência e adequação dos apoios educativos prestados” (IGE, 2009, p. 26), todos os relatórios referenciam medidas de apoio educativo aplicadas nos respetivos agrupamentos a alunos com necessidades educativas de carácter permanente e/ou com dificuldades de aprendizagem. Ao invés, não é referenciada a implementação de medidas de apoio para alunos com capacidades excecionais ou eventuais situações problemáticas.

No âmbito das estratégias de diferenciação pedagógica, os três relatórios enunciam quer respostas educativas adequadas à especificidade de cada grupo/turma e/ou criança/aluno quer a articulação entre os titulares de grupo/turma ou os diretores de turma, os pais e encarregados de educação e outros técnicos. É de referir que, enquanto nos agrupamentos de escolas de Serpa e de Vila Nova de S. Bento é colocada a ênfase na individualização do ensino, no relatório do Agrupamento de Escolas de Pias as referências são mais abrangentes, enumerando-se um conjunto de respostas educativas à especificidade da população escolar (elaboração de planos de recuperação e de acompanhamento, criação de curso de educação e formação e adesão ao Projeto Mais Sucesso – tipologia TurmaMais, ao Plano Nacional de Leitura, ao Plano de Ação da Matemática, ao Programa de Educação para a Saúde e ao Plano Tecnológico da Educação), sem contudo se explicar como e a quem são propostas e de que forma se revestem como uma resposta adequada à especificidade da população escolar.

O referente “Avaliação da eficácia das medidas implementadas” (IGE, 2009, p. 26) apenas é abordado no relatório do Agrupamento de Escolas de Pias: são referenciadas as medidas implementadas, nomeadamente através da elaboração de planos de recuperação e de acompanhamento, mas não é depois focada nem a avaliação nem a eficácia das mesmas ao longo do triénio. Deste modo, apenas existe informação relativa aos dispositivos de avaliação para as medidas implementadas ao nível dos alunos com necessidades educativas

especiais de carácter permanente: a avaliação da sua eficácia é realizada em reuniões pluridisciplinares de avaliação, em sede de conselho de turma.

5. Fator “Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem”

A avaliação do fator “Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem” inclui cinco referentes: “Oferta educativa: componentes activas, culturais, sociais e artísticas”, “Incentivo a práticas activas e experimentais, na aprendizagem das ciências, e a uma atitude positiva face ao método científico”, “Valorização dos saberes práticos e profissionais”, “Estimulação dos alunos para a valorização do conhecimento e da aprendizagem contínua” e “Promoção de profissionalismo, exigência e prestação de contas por parte dos alunos” (IGE, 2009, p. 27).

O referente respeitante à oferta educativa inclui quatro indicadores, sendo que os três relatórios apresentam como traço comum quer a ausência de referência à “integração das componentes activas, culturais, sociais e artísticas nas Áreas de Projecto e de Formação Cívica” (IGE, 2009, p. 27) quer a alusão à diversidade temática das atividades desenvolvidas, contemplando estas as dimensões sociais, culturais e desportivas. Neste âmbito, todos os relatórios referenciam a existência de clubes, com a particularidade de, no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento, o funcionamento dos mesmos não se encontrar limitado à escola-sede. No que respeita ao indicador do envolvimento dos alunos em atividades desenvolvidas, apenas há referência explícita no relatório do Agrupamento de Escolas de Pias. Todavia, no relatório do Agrupamento de Escolas de Serpa, o mesmo indicador é referido implicitamente, na medida em que se alude à introdução de portefólios digitais, cujo desenvolvimento implicará necessariamente o envolvimento dos alunos. O último indicador respeitante à oferta educativa – “Impacto da oferta educativa na formação integral dos alunos” (IGE, 2009, p. 27) – é alvo de abordagem nos agrupamentos de escolas de Vila Nova de S. Bento e de Pias, decorrendo da referência aos cursos de educação e formação e de a sua criação ser sustentada pelo seu carácter profissionalizante e as características do público-alvo. No âmbito do segundo referente – “Incentivo a práticas activas e experimentais, na aprendizagem das ciências, e a uma atitude positiva face ao método científico [e] valorização dos saberes práticos e profissionais” (IGE, 2009, p. 27) –, os três relatórios abordam o ensino das ciências, ainda que o do Agrupamento de Escolas de Serpa não explicita a programação e realização de atividades experimentais e o do Agrupamento de Escolas de Pias não aluda a estratégias em que os alunos tenham um papel ativo na sua aprendizagem.

O relatório do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento é o único que contém informação respeitante ao referente “Valorização dos saberes práticos e profissionais” (IGE, 2009, p. 27), visível na implementação, na escola-sede, de uma unidade de inserção na vida

ativa (UNIVA). Acresce que se estranha que no relatório do Agrupamento de Escolas de Pias não conste qualquer informação relativa ao mesmo referente, atendendo a que, de acordo com as informações constantes da “Caracterização do Agrupamento”, este oferecia um curso de educação e formação.

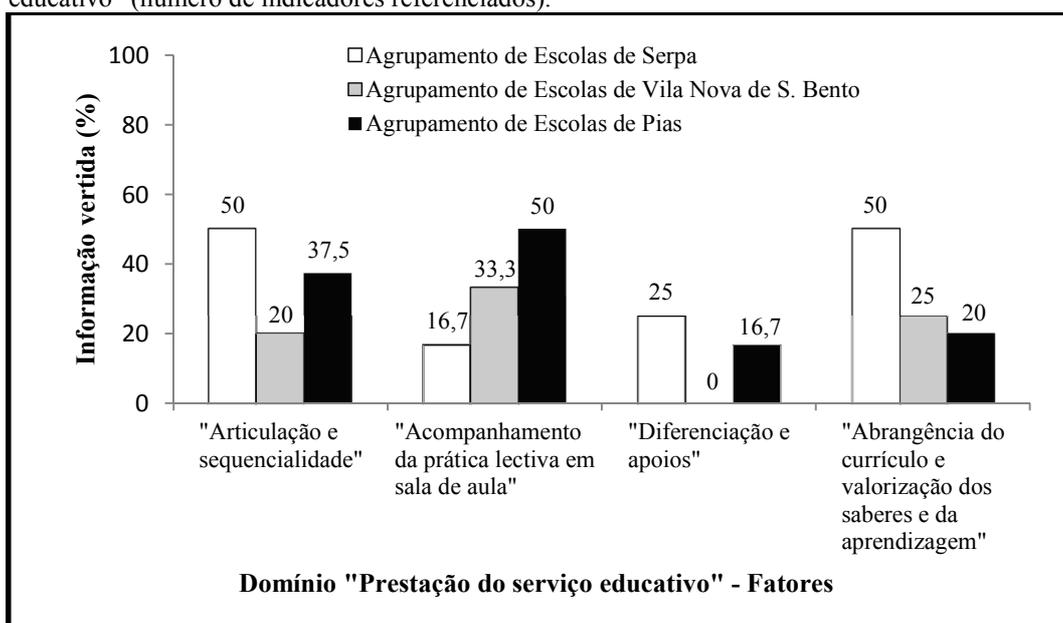
No que concerne aos dois últimos referentes, o seu tratamento é diferenciado no *corpus* de relatórios em análise. Assim, enquanto todos os relatórios incluem referências a atividades que estimulam os alunos para a valorização do conhecimento e da aprendizagem contínua, a organização e/ou implementação de atividades que visem o desenvolvimento de uma cultura de profissionalismo, exigência e prestação de contas é referenciada num único relatório: o do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento, decorrendo da implementação da UNIVA, na escola-sede.

6. Conclusões da avaliação por domínio – Domínio “Prestação do serviço educativo”

Da leitura e análise das conclusões da avaliação por domínio, verifica-se que nem todos os relatórios incorporam informações relativas aos quatro fatores que integram o domínio “Prestação do serviço educativo”.

O Gráfico 1, elaborado a partir da leitura e análise das conclusões da avaliação por domínio, ilustra a percentagem de informação que foi vertida dos indicadores da avaliação de cada fator para a avaliação por domínio.

Gráfico 1. Percentagem de informação vertida dos fatores para o domínio “Prestação do serviço educativo” (número de indicadores referenciados).



Considerando as informações fornecidas pelo Gráfico 1, constata-se, por um lado, que o relatório do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento é o único que não incorpora informação relativa aos quatro factores; por outro lado, em nenhum dos factores se regista um equilíbrio na percentagem de informação vertida da avaliação por fator para a avaliação por domínio. Ainda de referir é o facto de o fator “Diferenciação e apoios” ser aquele a que as equipas avaliativas parecem ter atribuído menor importância na avaliação por domínio, dadas as baixas percentagens de informação vertida da avaliação por fator.

Se se cruzar a informação do Gráfico 1 com os conteúdos das conclusões da avaliação por domínio, verifica-se que, no que concerne ao fator “Articulação e sequencialidade”, o relatório do Agrupamento de Escolas de Serpa foi aquele que maior percentagem de informação (50%) incorporou da avaliação por fatores. No entanto, aquela reporta-se unicamente a dois dos seis referentes que constituem o fator: articulação entre docentes na mesma unidade de ensino e entre as unidades do Agrupamento e gestão vertical do currículo (IGE, 2009). No âmbito do primeiro referente, apresenta-se informação respeitante a dois indicadores – formas de articulação entre docentes e coordenação pedagógica e trabalho colaborativo existente para calibragem de instrumentos de avaliação –, sendo que o último é referenciado pela negativa, uma vez que se menciona que “não foram verificadas práticas regulares de aferição e de calibração de testes e de classificações” (ME/IGE, s.d. 2, p. 4). De referir, que esta informação não corresponde totalmente à veiculada na avaliação por fator, uma vez que nesta se fazia alusão à conceção conjunta de instrumentos de avaliação diagnóstica, não se disponibilizando informação sobre os demais instrumentos de avaliação. No que concerne ao segundo referente mencionado, a avaliação por domínio incorpora informação relativa aos indicadores respeitantes às ações promovidas pelo Agrupamento para assegurar a sequencialidade das aprendizagens e à “Articulação entre docentes de uma mesma disciplina / área disciplinar” (IGE, 2009, p. 24).

No que se refere ao Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento, apresenta-se informação relativa ao referente respeitante à “Articulação intra e interdepartamental na concretização de actividades” (IGE, 2009, p. 23), nomeadamente ao nível do projeto curricular de turma.

O relatório do Agrupamento de Escolas de Pias é o que, na avaliação por domínio, incorpora informação relativa a um maior número de referentes: “Gestão conjunta e articulada dos programas e orientações curriculares” (IGE, 2009, p. 23) (indicador relativo à consideração dos conteúdos e das competências nas planificações de médio e longo prazo), articulação entre docentes (indicador respeitante às formas de articulação entre docentes na mesma unidade de ensino e entre as unidades do Agrupamento) e gestão vertical do currículo

(indicador relativo às ações promovidas para assegurar a sequencialidade das aprendizagens na transição entre anos e/ou ciclos).

Sendo assim, nas avaliações por domínio dos três relatórios, não há, em qualquer um deles, informação relativa a dois dos seis referentes:

- a) “Definição de metas e critérios de avaliação do trabalho a desenvolver pelas estruturas de coordenação e supervisão” (IGE, 2009, p. 23);
- b) “Orientação dos alunos e famílias ao longo do percurso” (IGE, 2009, p. 24).

Relativamente ao fator “Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula”, o relatório do Agrupamento de Escolas de Pias é o que maior percentagem de informação importa da avaliação por fator (50%). O Agrupamento de Escolas de Serpa encontra-se no polo oposto, com apenas 16,7% de informação transposta da avaliação por domínio, a que corresponde informação relativa a um único indicador: “Elaboração de matrizes comuns para os instrumentos de avaliação” (IGE, 2009, p. 25) (referente relativo aos critérios de avaliação). A inserção de informação sobre este indicador é comum aos três relatórios, a que se junta, no caso do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento, a alusão, pela negativa, às ações de acompanhamento de docentes para superação de eventuais dificuldades, incluídas no referente respeitante a mecanismos de acompanhamento e supervisão da prática letiva (IGE, 2009, p. 25). O relatório do Agrupamento de Escolas de Pias, além de incorporar informação relativa aos referentes e indicadores mencionados no do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento, também faz menção, no âmbito do último referente supramencionado, à observação de aulas por solicitação dos docentes. É igualmente o único que integra informação respeitante à reflexão sobre as práticas de ensino, mais precisamente à redefinição de estratégias em função dos resultados obtidos.

Deste modo, na avaliação por domínio, nenhum dos relatórios inclui informação sobre os referentes:

- a) “Planificações de curto prazo” (IGE, 2009, p. 25);
- b) “Articulação de docentes no desenvolvimento dos PCT” (IGE, 2009, p. 25).

Da totalidade de quatro referentes integrantes do fator “Diferenciação e apoios”, somente dois são abordados na avaliação por domínio do conjunto dos três relatórios: abrangência e adequação dos apoios educativos (indicador respeitante às medidas de apoio implementadas para alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente), no Agrupamento de Escolas de Serpa, e “Estratégias de diferenciação pedagógica” (IGE, 2009, p. 26) (adequação das respostas educativas à especificidade de cada turma e/ou aluno), no Agrupamento de Escolas de Pias. No relatório do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de

S. Bento constata-se, que as referências efetuadas no âmbito da diferenciação pedagógica e dos apoios prestados são de carácter geral, não se reportando a nenhum dos indicadores constantes do quadro de referência.

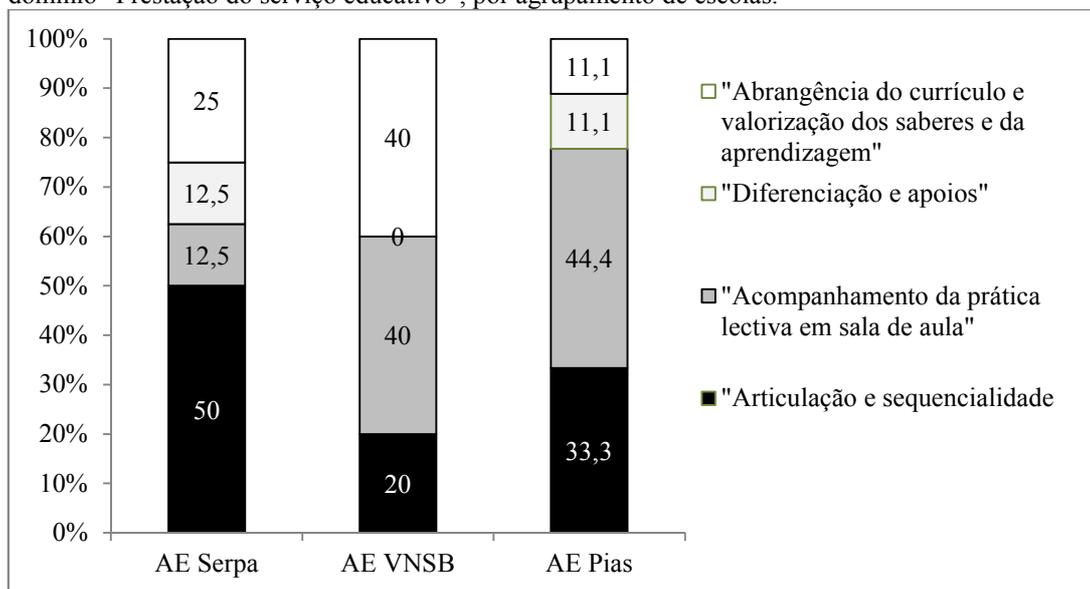
Assim sendo, no total dos três relatórios, não há informação sobre dois referentes:

- a) “Processo de referenciação das necessidades educativas de cada criança/aluno” (IGE, 2009, p. 26);
- b) “Avaliação da eficácia das medidas implementadas” (IGE, 2009, p. 26).

No que concerne ao fator “Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem”, verifica-se que o relatório do Agrupamento de Escolas de Serpa é o que inclui maior percentagem de informação proveniente da avaliação por fator (50%), destacando-se dos restantes agrupamentos. Não sendo incluída informação, em qualquer dos relatórios, relativa ao referente da “promoção de profissionalismo, exigência e prestação de contas por parte dos alunos” (IGE, 2009, p. 27), cada um dos restantes referentes é mencionado em apenas um dos relatórios. Desta forma, o referente respeitante à oferta educativa é abordado no relatório do Agrupamento de Escolas de Pias, no que ao envolvimento dos alunos concerne. Já o relatório do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento centra a informação transmitida no âmbito do fator em apreço na valorização dos saberes práticos e profissionais, contendo informação sobre os dois indicadores que o compõem. Finalmente, o relatório do Agrupamento de Escolas de Serpa distribui a informação por dois referentes: “incentivo a práticas activas e experimentais, na aprendizagem das ciências” (IGE, 2009, p. 27) (identificação de estratégias em que os alunos desempenhem um papel ativo na sua aprendizagem) e “estimulação dos alunos para a valorização do conhecimento e da aprendizagem contínua” (IGE, 2009, p. 27).

Ao se centrar o eixo de análise nas conclusões da avaliação por domínio enquanto elemento isolado, constata-se que naquelas não há uma distribuição equitativa do espaço discursivo concedido a cada fator do domínio “Prestação do serviço educativo” (Gráfico 2).

Gráfico 2. Percentagem de espaço discursivo concedido a cada fator nas conclusões da avaliação do domínio “Prestação do serviço educativo”, por agrupamento de escolas.



Desta forma, no relatório do Agrupamento de Escolas de Serpa, há uma clara predominância do espaço referencial atribuído ao fator “Articulação e sequencialidade” (50%), em detrimento, essencialmente, dos fatores “Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula” e “Diferenciação e apoios”, correspondendo a cada um destes apenas 12,5% da informação veiculada.

Em relação ao Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento, a par da ausência de informação enquadrável nos indicadores do fator “Diferenciação e apoios”, há a registar a distribuição percentual equitativa da informação relativa aos fatores “Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula” e “Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem” (40% cada). Neste Agrupamento, comparativamente aos restantes, a informação é escassa, no que ao fator “Articulação e sequencialidade” concerne (20%), sendo, no entanto, aquele em que o fator “Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem” maior relevância adquire.

No Agrupamento de Escolas de Pias, a tónica é colocada nos fatores “Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula” (44,4%) e “Articulação e sequencialidade” (33,3%), a cuja informação, em conjunto, é atribuído mais de 75% do espaço referencial.

Considerando a totalidade dos relatórios, é notória a pouca importância concedida pelas equipas avaliativas ao fator “Diferenciação e apoios”, já que se encontra omissa num relatório e é pouco referenciado nos restantes. Se se relacionar a informação veiculada pelos relatórios com a questão orientadora do domínio “Prestação do serviço educativo”, estranha-se que, num domínio cujo objetivo é saber qual o serviço educativo prestado pelos

agrupamentos e a forma como o fazem, sejam pouco referenciados a diferenciação pedagógica e os apoios implementados por cada Agrupamento. Neste aspeto, acresce o facto de nenhuma das equipas avaliativas veicular, na avaliação do domínio em apreço, qualquer tipo de informação sobre as medidas de apoio implementadas pelos agrupamentos quer para alunos com dificuldades de aprendizagem quer com capacidades excepcionais.

Globalmente, é atribuída maior relevância ao conjunto de informações respeitantes aos fatores “Articulação e sequencialidade” e “Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula”, já que a soma do espaço discursivo que lhes é atribuído corresponde, em todos os agrupamentos, a uma percentagem igual ou superior a 60% (62,5%, no Agrupamento de Escolas de Serpa; 60%, no de Vila Nova de S. Bento; 77,7%, no de Pias).

7. Pontos fortes e pontos fracos e seu reflexo nas classificações atribuídas

No domínio “Prestação do serviço educativo”, os agrupamentos de escolas cujo *corpus* de relatórios é alvo de análise obtiveram classificações positivas, sendo que os agrupamentos de escolas de Serpa e de Pias auferiram a classificação de *Bom*, enquanto o Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento foi classificado com *Suficiente*.

Se se proceder ao cruzamento das classificações atribuídas com os pontos fortes e os pontos fracos enunciados nos relatórios (Quadro 1), verifica-se que a atribuição das classificações seguiu um critério uniforme: foi atribuída a classificação de *Bom* aos agrupamentos em que é referido um ponto forte e a classificação de *Suficiente* ao agrupamento em que é enunciado um ponto fraco.

Quadro 1. Análise cruzada das classificações do domínio, Pontos fortes e Pontos fracos.

	Classificação	Pontos fortes	Pontos fracos
Agrupamento de Escolas de Serpa	Bom	Fator “Articulação e sequencialidade”: “articulação entre órgãos e estruturas de orientação educativa e entre os docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo”.	–

Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento	Suficiente	–	Fator “Articulação e sequencialidade”: “a fragilidade da articulação pedagógica interdepartamental e dos docentes do 1.º com os do 2.º Ciclo”.
Agrupamento de Escolas de Pias	Bom	Fator “Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem”: “oferta de actividades extra-curriculares variadas e com muita adesão, por parte dos discentes”.	–

Fontes: ME/IGE, s.d. 1, p. 13; ME/IGE, s.d. 2, pp. 11-12; ME/IGE, s.d. 3, p. 12.

Deste modo, foi atribuída a classificação de *Suficiente* ao Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento baseada na referência a um ponto fraco (“A fragilidade da articulação pedagógica interdepartamental e dos docentes do 1.º com os do 2.º Ciclo.” – ME/IGE, s.d. 3, p. 12), não se percebendo onde, como e em que se traduz essa mesma fragilidade.

Aos agrupamentos de escolas de Serpa e de Pias foi atribuída a mesma classificação de *Bom* com a indicação de um ponto forte. No entanto, não se percebe qual o alcance, nem qual é a importância e/ou relevância da “articulação entre órgãos e estruturas de orientação educativa e entre os docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo” (ME/IGE, s.d. 2, p. 11), no Agrupamento de Escolas de Serpa, nem o tipo de repercussão ou relevância que a “Oferta de actividades extra-curriculares variadas e com muita adesão, por parte dos discentes” (ME/IGE, s.d. 1, p. 13) tem nas e para as suas aprendizagens e/ou formação, no caso do Agrupamento de Escolas de Pias, que justifique tal classificação.

8. Considerações finais

O modelo de avaliação externa das escolas reveste-se de grande complexidade, não só pela sua estrutura como também pela dimensão que envolve. Da análise efetuada conclui-se que, atendendo ao cariz discursivo apresentado em cada um dos relatórios, a existência de um quadro de referência para a avaliação externa das escolas não assegura, de todo, a aplicação de critérios avaliativos uniformes e objetivos quer pelas mesmas equipas avaliativas, quer por equipas diferentes.

Apesar de o peso classificativo que recaiu nas classificações do domínio “Prestação do serviço educativo” ter sido equitativo para os três agrupamentos avaliados e de a sustentação a nível de pontos fortes e fracos ter sido a mesma, não se percebem, clara e inequivocamente, na matriz discursiva dos relatórios apreciados, os critérios avaliativos e classificativos.

Constata-se, que nem todos os indicadores e referentes foram abordados nos três relatórios de igual forma, com igual profundidade, sendo que alguns deles não foram sequer considerados na análise do respetivo fator. Além disso, é notória a apresentação de informação que não se reporta a nenhum dos indicadores do quadro de referência, bem como a inexistência de uma total correspondência entre as informações veiculadas na avaliação por fator e as posteriormente constantes na avaliação do domínio. Os relatórios analisados denotam, por conseguinte, a ausência de uma normalização efetiva de critérios avaliativos que garantam, entre outros, princípios de equidade e de proporcionalidade entre os agrupamentos avaliados. Predomina, igualmente, uma matriz discursiva dúbia, vaga e pouco incisiva, explicativa e justificativa, sem um propósito concreto e consequente dos procedimentos adotados e sem um pendor marcadamente de juízo avaliativo.

Salienta-se, ainda, por um lado, a pouca clarificação em determinados referentes e, no caso de existência de constrangimentos, a não indicação dos fatores que os determinam; por outro lado, grande parte da informação vertida para os relatórios está mais centrada em cada uma das escolas-sede do que nos outros estabelecimentos que compõem cada um dos agrupamentos.

Se se centrar a atenção nas informações concernentes à ação dos agrupamentos no que à prestação do serviço educativo respeita, não é perceptível a transversalidade e a partilha de experiências entre docentes, nem quais são os momentos de reflexão partilhados. Ao invés percebe-se uma forma de colaboração balcanizada, fruto de uma fragmentação disciplinar e curricular, traduzida nos diferentes grupos de recrutamento e departamentos curriculares, transmitindo, de certa forma, a existência de fronteiras que delimitam as áreas do saber, sem se perceber se esse é o caminho escolhido e com efeitos no desenvolvimento profissional dos docentes e se constitui uma mais-valia nas e para as aprendizagens dos alunos. Neste âmbito, convém, no entanto, referir, que em todos os relatórios estão omissas informações relativas à existência de trabalho colaborativo na definição de estratégias de diferenciação pedagógica, à partilha de práticas científico-pedagógicas consideradas relevantes e à monitorização e avaliação do planeamento de cada docente (IGE, 2009), desconhecendo-se, deste modo, se estas são, ou não, práticas habituais nos agrupamentos avaliados.

Na área da avaliação dos alunos, além de se estranhar a não alusão à “monitorização da aplicação dos critérios de avaliação” (IGE, 2009, p. 25), ficando portanto por saber se esta é, ou não, realizada nos agrupamentos em questão, os relatórios evidenciam que os agrupamentos definem critérios por ano / ciclo e elaboram matrizes comuns para alguns instrumentos, mas não têm institucionalizada uma prática que permita garantir fiabilidade ao processo avaliativo.

Andrade, M. F.; Cruz, P.; Banha, S.; & Fialho, I. (2012). A prestação do serviço educativo: asserções nos relatórios de avaliação externa de três agrupamentos de escolas – concelho de Serpa. *Educação. Temas e problemas*, 10

A finalizar, e considerando-se este domínio aquele que mantém uma relação mais próxima com os resultados educativos, há a referir, que não se encontram, no corpo dos relatórios e nos pontos fortes e pontos fracos elencados, asserções que permitam constatar a eficácia das ações e das medidas implementadas e de que forma estas contribuem para a melhoria das aprendizagens dos alunos e, conseqüentemente, dos resultados.

Referências Bibliográficas

Alaíz, V. (2004). Avaliação das escolas: actualidade e perspectivas. *Revista proFORMAR* online, Edição 6 – Novembro, p. 8. Acedido a 9 de dezembro de 2010, em http://www.proformar.org/revista/edicao_6/pag_8.htm

Azevedo, J. M. (2007). Avaliação externa das escolas em Portugal. *Conferência As escolas face a novos desafios*. Lisboa. Acedido a 10 de dezembro de 2010, em <http://www.ige.min-edu.pt/upload%5Cdocs/AvaliacaoExternaEscolasPortugal.pdf>

Bolívar, A. (2006). Evaluación institucional: entre el rendimiento de cuentas y la mejora interna. *Gestão em Ação*, Vol.9, N.º1, Jan/Abril. Pp. 37-60. Acedido a 20 de dezembro de 2010, em http://www.oei.es/evaluacioneducativa/evaluacion_institucional_bolivar.pdf

Inspecção-Geral da Educação [IGE] (2009). *Avaliação Externa das Escolas. Referentes e Instrumentos de Trabalho*. Lisboa: Inspecção-Geral da Educação.

Ministério da Educação / Inspecção-Geral da Educação [ME/IGE]. (s.d.1). *Avaliação Externa das Escolas: Relatório. Agrupamento de Escolas de Pias - Serpa*. Acedido a 12 de dezembro de 2010, em http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2010_DRA/

AEE_10_Ag_Pias_R.pdf

Ministério da Educação / Inspecção-Geral da Educação [ME/IGE]. (s.d.2). *Avaliação Externa das Escolas: Relatório. Agrupamento de Escolas de Serpa*. Acedido a 12 de dezembro de 2010, em http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2008_DRA/AEE_08_Agr_Serpa_R.pdf

Ministério da Educação / Inspecção-Geral da Educação [ME/IGE]. (s.d.3). *Avaliação Externa das Escolas: Relatório. Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento - Serpa*. Acedido a 12 de dezembro de 2010, em http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2008_DRA/AEE_08_Agr_Vila_Nova_Sao_Bento_R.pdf

Sánchez Pérez, J. I. (2007). Evaluación de Centros y Calidad. *Avancés en supervisión educativa*. Acedido a 20 de dezembro de 2010, em http://adide.org/revista/images/stories/revista5/pdf05/ase05m03_sanchez.pdf?phpMyAdmin=BJkT-tBEqKxal12hom7ikt6vVu2

Sousa, A., e Terrasêca, M. (2008). Avaliação de escolas: que perfil de professor? *Actas do V Simpósio sobre Organização e Gestão Escolar. Trabalho Docente e Organizações Educativas*, 356-365. Universidade de Aveiro. CD-ROM.

Andrade, M. F.; Cruz, P.; Banha, S.; & Fialho, I. (2012). A prestação do serviço educativo: asserções nos relatórios de avaliação externa de três agrupamentos de escolas – concelho de Serpa. *Educação. Temas e problemas*, 10

Van Bruggen, J. C. (2001). *SICI Report: Inspection of Schools as an Engine for Sustainable Change*. London: The Standing International Conference of Inspectors. Acedido a 20 de dezembro de 2010, em http://www.mpn.gov.rs/resursi/dokumenti/dok102-eng-SICI_inspections_engine_change.pdf

Van Bruggen, J. C. (2010). The role of school inspection in ensuring quality in education: past, present and future. In *Beyond Lisbon 2010: perspectives from research and development for education policy in Europe*. Berkshire: CIDREE, 85–118.